


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0008756-95.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Aurita Maria Luz Cantares**
 Requerido: **Net Serviços de Comunicação Sa**

CONCLUSÃO	
Em	01/10/2013
faço conclusão destes autos ao MM. Juiz de Direito, DR. SILVIO MOURA SALES .	
Eu, escrevente, subscrevi.	

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora questiona sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré sem que houvesse motivos para tanto.

Alegou que nunca manteve com ela qualquer espécie de relação comercial, de sorte que não lhe devia importância alguma.

Almeja à declaração da inexistência do suposto débito, bem como ao recebimento em dobro do valor a ele relativo e de indenização por danos morais que suportou a partir de sua indevida negativação.

É incontroverso que a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Outrossim, não sendo exigível que a autora fizesse prova de fato negativo (não poderia demonstrar que não contratou com a ré), o ônus a propósito do que foi discutido era da ré, na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil.

Assentadas essas premissas, saliento que a ré não logrou comprovar com indispensável segurança que a autora tivesse levado a cabo a contratação que deu causa ao débito em apreço.

Nenhum elemento foi amealhado a propósito e nem mesmo as cautelas básicas em situações dessa natureza (com a obtenção de documentação pessoal pertinente do interessado na contratação) restaram evidenciadas porque a ré nada produziu a propósito.

Não se pode afastar nesse contexto que os atos tenham origem em terceiro, o que não exime a ré de responsabilidade.

É nesse sentido o magistério de **CARLOS ROBERTO GONÇALVES:**

“Quando, no entanto, o ato de terceiro é a causa exclusiva do prejuízo, desaparece a relação de causalidade entre a omissão e a ação do agente e o dano. A exclusão da responsabilidade se dará porque o fato de terceiro se reveste de características semelhantes às do caso fortuito, sendo imprevisível e inevitável. Melhor dizendo, somente quando o fato de terceiro se revestir dessas características, e, portanto, equiparar-se ao caso fortuito ou à força maior, é que poderá ser excluída a responsabilidade do causador direto do dano.” (“Responsabilidade Civil”, 6ª edição, 1995, p. 509).

Se as ações de falsários podem ser até inevitáveis, diante do “aprimoramento” das fraudes, de um lado, essas mesmas ações, na atualidade, não são imprevisíveis, de outro.

Como se não bastasse, a atividade desempenhada pela ré envolve risco e esse risco deve ser suportado por ela, já que reúne condições financeiras para tanto, conforme teoria do risco da atividade profissional, e não pelo consumidor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Em consequência, impunha-se à ré, fornecedora dos serviços, adotar mecanismos seguros e eficientes na sua prestação.

A jurisprudência assim se manifesta em casos semelhantes:

“Responsabilidade Civil. Abertura de conta corrente. Uso fraudulento de documento falso. Obrigação de o banco indenizar. Fato que decorre de sua atividade de risco. Inocorrência de culpa exclusiva do consumidor. Emissão de protesto de cheques por não pagamento. Não configuração de caso fortuito ou força maior. Danos morais presumidos” (TJSP, Apel. 9223487-33.2005.8.260000, 23ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **SÉRGIO SHIMURA**, j. 30/03/2011).

“Responsabilidade civil Contratos. Abertura de conta corrente. Contratação de crédito e aquisição de linhas telefônicas. Uso fraudulento de documento falso. Obrigação das empresas corres de indenizar. Fato que decorre de sua atividade de risco. Inocorrência de culpa exclusiva do consumidor. Não configuração de caso fortuito ou força maior” (TJSP, Apel. 9185080-45.2004.8.26.0000, 23ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **PAULO ROBERTO DE SANTANA**, j. 27/01/2011).

Tais orientações aplicam-se à espécie vertente mutatis mutandis, o que conduz ao acolhimento da pretensão deduzida para fins de declaração da inexistência da dívida em pauta e para exclusão definitiva da negativação da autora.

Solução diversa apresenta-se aos demais pedidos formulados.

Quanto à repetição do indébito, não se cogita porque como a autora não realizou o pagamento dos montantes que lhe foram cobrados é inviável qualquer restituição.

Ademais, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já assentou sobre essa matéria que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, de modo que não terá aplicação a aludida regra.

Já quanto ao pedido para recebimento de indenização por danos morais, mesmo que se reconheça que a inserção da autora perante órgãos de proteção ao crédito foi indevida, o documento de fls. 35/36 demonstra que ela ostentou diversas negativações anteriores às ora questionadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização por danos morais, consoante pacífica jurisprudência:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j.09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Pouco importa, outrossim, que à épocas da negativação aqui versada as anteriores já estivessem excluídas porque a existência delas, que é incontroversa, basta para afastar a ideia de que a autora pudesse sentir-se lesada por situação que já experimentara.

Por outras palavras, como a autora já seguidamente fora inserida junto a órgãos de proteção ao crédito não fará jus à indenização ao título postulado por fato semelhante.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos e para determinar a exclusão da negativação indicada na petição inicial, tornando definitiva a decisão de fl. 28.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 01 de outubro de 2013.

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

DATA

Em **01/10/2013** recebi os
presentes autos em cartório.
Eu, escrevente, subscrevi.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**